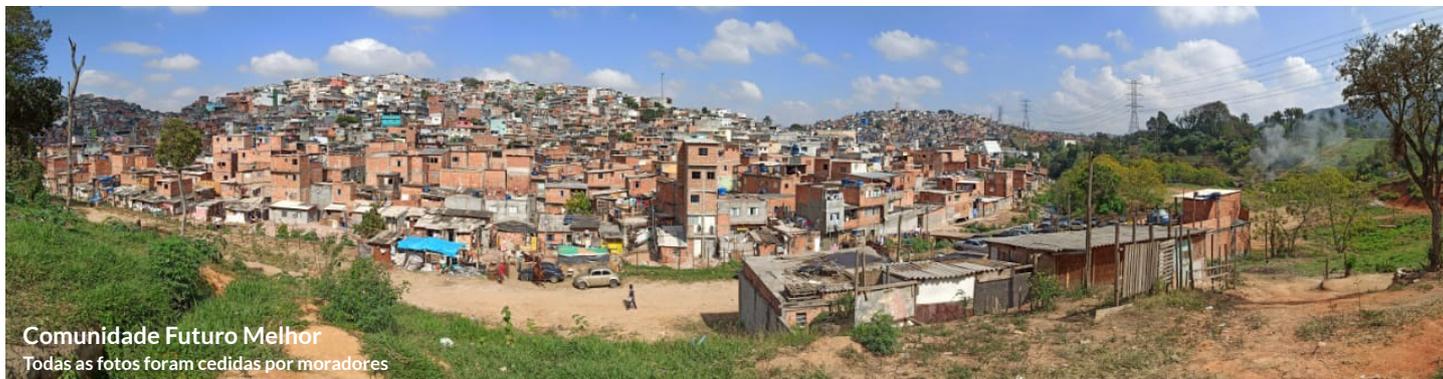


PPP HABITACIONAL AMEAÇA MAIS DE 6.000 FAMÍLIAS NA CACHOEIRINHA, NA ZONA NORTE DE SÃO PAULO

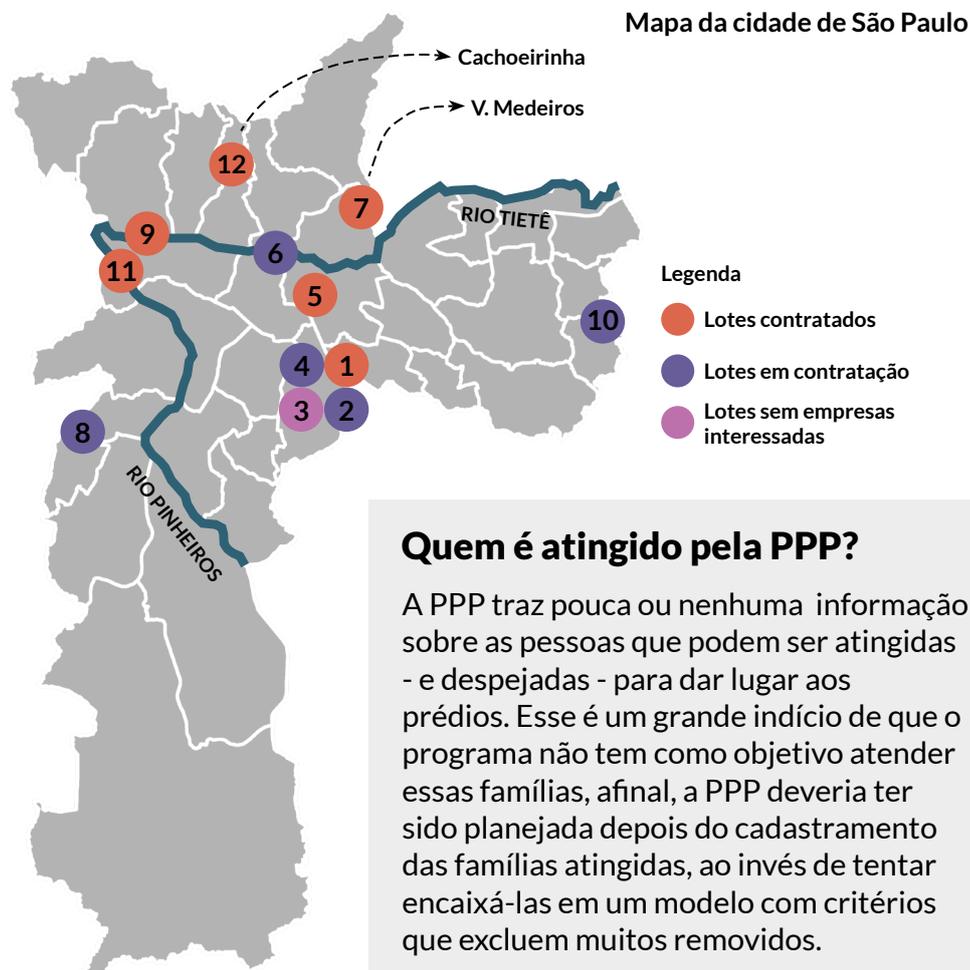


As mais de 6.000 famílias que moram nas **comunidades Futuro Melhor e Sapo e nas ocupações Parada Pinto, Imirim e Elza Guimarães**, no distrito da Cachoeirinha, na zona norte de São Paulo, **estão ameaçadas!** Elas podem perder suas casas para dar lugar à construção de moradias que podem não ser para elas!

O projeto, chamado PPP Habitacional Casa da Família, vai remover mais famílias do que o número de casas que serão construídas. A PPP prevê a construção de moradias para famílias de baixa e média renda, a construção de equipamentos públicos - como, por exemplo, creche, UBS - e até lojas. Para entregar o que promete, a prefeitura fez uma parceria com empresas privadas - daí o nome Parceria Público-Privada (PPP) - que ficam responsáveis pela construção e gestão do projeto por 20 anos. A prefeitura dá os terrenos e faz pagamentos mensais à empresa privada. Aí que está o problema: a prefeitura quer entregar para empresas privadas terrenos onde já tem gente morando. Muita gente.

POR QUE A PREFEITURA QUER USAR TERRENOS ONDE JÁ TEM GENTE MORANDO?

A PPP Habitacional está na cidade toda: das 12 áreas propostas, seis já foram contratadas e outras cinco estão em contratação. Cada área apontada pela prefeitura é chamada "lote", que pode incluir um ou mais terrenos. Na zona norte, são dois projetos contratados: o "Lote 12", que está ameaçando as famílias que vivem na Cachoeirinha e o "Lote 7", que também ameaça famílias na região da Vila Medeiros.



VEJA OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA PPP HABITACIONAL

Remove quem tinha direito de ficar e receber melhorias

No lote 12, a prefeitura quer construir as moradias ao longo do Córrego do Bispo, onde hoje estão as casas das comunidades **Futuro Melhor** e do **Sapo**, além de parte do bairro **Peri Alto**, onde vivem, há mais de 30 anos, milhares de famílias!

Além disso, esta é uma área de **ZEIS 1 - Zona de Especial Interesse Social**. A lei diz que quem vive nas ZEIS tem direito a permanecer e melhorar sua moradia por meio da urbanização e da regularização fundiária, mas a PPP propõe remover esses moradores sem garantir que vão receber uma nova moradia!

O projeto não foi feito com a participação dos moradores

Por ser ZEIS, a lei determina que é preciso formar o Conselho Gestor, que é um grupo composto por moradores e sociedade civil, eleitos pelos moradores da área, e representantes da Prefeitura. O Conselho eleito é que elabora um plano de urbanização, decidindo o que será feito nessa área.

Ou seja: **ao apresentar um projeto já pronto, que é a PPP, sem a participação dos moradores que serão atingidos – nesse caso, que serão despejados – a prefeitura está desrespeitando a lei!**

Os critérios da PPP habitacional excluem muita gente

A distribuição das 3.000 moradias da PPP habitacional no lote 12 - Cachoeirinha é:

De 1 a 3 salários mínimos: 1.800 moradias;

De 3 a 6 salários mínimos: 1.600 moradias;

De 6 a 10 salários mínimos: 600 moradias.

Quer dizer que a PPP:

- **não atenderá quem está desempregado ou quem vive com até 1 salário mínimo.**
- **vai construir poucas unidades para pessoas com faixas de renda mais baixas:** só 1.800 apartamentos são para famílias com rendas mais baixas, entre 1 e 3 salários mínimos.
- **exige que a família seja aprovada pelo banco para conseguir um empréstimo e, com ele, pagar as parcelas do apartamento.** Só que aí entra mais um monte de problemas. Empréstimos bancários não são nada fáceis: exigem várias comprovações, como **ter o nome limpo, comprovação de renda suficiente**, entre outras, o que nem todo mundo consegue. Imagina depois dessa pandemia, em que milhões de pessoas estão perdendo emprego e suas fontes de renda. **Quem vai conseguir empréstimo bancário para ter acesso ao apartamento da PPP?**
- **apenas 270 apartamentos** (15% das 1.800 unidades entre 1 e 3 salários mínimos) **poderão ter outros critérios de atendimento habitacional**, escolhidos pela COHAB.

- **não tem obrigação de destinar moradias para quem for removido na Cachoeirinha.**
- **constrói menos moradias do que famílias que serão despejadas!** A conta não fecha: a PPP diz que vai construir 3.000 moradias no Lote 12, mas vai destruir as casas de mais de 6.000 famílias! Ou seja, mesmo que todo mundo que perder a casa fique com um apartamento na PPP, vai sobrar muita gente sem casa nessa conta da prefeitura.
- **Não prevê nenhum outro atendimento para as pessoas que ficarem de fora desses critérios todos.** A prefeitura não apresenta nenhum outro atendimento ou garantia para as famílias que forem despejadas e não conseguirem acessar os apartamentos que vão ser construídos. Nem o pagamento do auxílio aluguel de R\$ 400, obrigatório conforme norma da própria prefeitura, está previsto.

Quantos estão ameaçados?

Futuro Melhor e Sapo: **4.500 famílias**

Removidas em 2019 (Favelas do Monte, da Mata e parte da Futuro Melhor e do Sapo): **1.284 famílias**

Parada Pinto: **120 famílias**

Imirim: **110 famílias**

Elza Guimarães: **117 famílias**

Total 6.132 famílias

O número de famílias do Sapo e Futuro Melhor consta de levantamento feito pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo (Ação Civil Pública nº 1057964-42.2018.8.26.0053, da 14ª Vara da Fazenda, que também traz o dado de famílias removidas na área). O número de famílias das ocupações foi indicado pelas coordenadoras das áreas, que mantêm um cadastro local.

CONHEÇA A HISTÓRIA DAS ÁREAS AMEAÇADAS DE REMOÇÃO

Sapo e Futuro Melhor: mais de 30 anos de história na Zona Norte

A **comunidade do Sapo** começou há pelo menos 32 anos, quando famílias de migrantes vindas do Norte e Nordeste brasileiros, começaram a se estabelecer no entorno da lagoa que existia na região, bem próxima ao córrego do Bispo. Naquelas noites, lembram os moradores, era até difícil dormir à noite por causa do barulho dos sapos na lagoa - daí o nome, comunidade do Sapo. Aquela área que antes era um brejo descuidado, tornou-se uma comunidade que foi se consolidando e hoje é a casa de muitos comerciantes e autônomos, vários ameaçados pela PPP de perder sua moradia e seu local de trabalho.



A comunidade vizinha, a **Futuro Melhor**, começou em abril de 1996, quando nasceu a Associação Futuro Melhor. Inicialmente, cerca de 100 a 150 famílias ocuparam o terreno, que antes era um cemitério clandestino. Na madrugada da ocupação, a polícia e funcionários da CTEEP já tentaram expulsar as pessoas do local, mas com o apoio da Pastoral da Moradia e de alguns vereadores, as famílias conseguiram permanecer. Foram 6 meses morando em barracas de lona, quando não havia água, cozinha e banheiro eram comunitários.

Agora, já são 24 anos de resistência e luta por moradia, com manifestações na rua, encontros, abaixo-assinados: fazendo tudo possível para trazer melhorias para o bairro. A comunidade Futuro Melhor hoje soma milhares de famílias, formadas por trabalhadores que, devido ao desemprego ou à baixa renda, não conseguem arcar com custos de aluguel. Sempre houve tentativas de diálogo para regularização e urbanização da área, tudo muito bem documentado. Prefeitura e Secretaria de Habitação fizeram muitas promessas, inclusive com papel assinado, porém nada de concreto foi realizado. A luta pela urbanização da área continua.



CONHEÇA A HISTÓRIA DAS ÁREAS AMEAÇADAS DE REMOÇÃO

Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito!

As ocupações **Parada Pinto**, **Imirim** e **Elza Guimarães**, organizadas por movimentos de moradia, ocuparam três terrenos abandonados da COHAB, dando a eles uma função social: moradia. Onde antes havia abandono, agora ergueram-se casas. Seus moradores querem continuar onde estão e lutar por melhorias, mas a prefeitura não quer que elas permaneçam. Nessas ocupações, há grande presença de mulheres chefes de famílias que dividem seu tempo entre o cuidado com as crianças, a casa e o trabalho. Dentre os moradores, muitos estão desempregados, outros são autônomos e/ou não conseguem comprovar renda e, para muitos, o que recebem não permite bancar os custos de um apartamento na PPP. Se essas pessoas forem despejadas, muitas não têm para onde ir.



Ocupação da Parada Pinto em 2014

Em 2014, cerca de 70 famílias que haviam perdido tudo em uma enchente ocuparam o terreno da **Parada Pinto**, abandonado há mais de 30 anos. Se uniram, fizeram a limpeza da área e começaram a levantar suas casas. Em 2015, decidiram sair do terreno após a prefeitura prometer que ali seria construída moradia popular e que todos receberiam apartamentos. Mas o terreno continuou abandonado. Em 2016, ocuparam novamente e hoje já são 120 famílias lutando por moradia.

O terreno da **Imirim** também foi ocupado em 2014 e, desde então, 110 famílias ali vivem, construindo, investindo tempo e recursos na melhoria de sua moradia. Nesse período, enfrentaram quatro ameaças de reintegração de posse e em duas delas, policiais cercaram a área e caminhões de mudanças se posicionaram para começar a tirar os móveis das famílias. Em todas as vezes, a mobilização das famílias e de suas redes de apoio conseguiu suspender as reintegrações no último minuto. Agora, a Imirim enfrenta a quinta ameaça de remoção.



Ocupação Imirim



Ocupação Elza Guimarães

Na **Elza Guimarães**, as famílias chegaram em 2016. O local estava abandonado há mais de 50 anos e as famílias tiveram muito trabalho para limpá-lo: foram 48 caminhões de lixo e entulho que se acumulavam no local onde, hoje, é casa para 117 famílias. Muitas pessoas vieram depois de terem sido removidas de suas moradias anteriores. Nessa ocupação, já enfrentaram três ameaças de remoção, mas resistem no local.

QUER SABER MAIS?

Entre em contato com a associação de moradores da sua comunidade.

Assista aos vídeos, acompanhe novidades e leia a **Carta Aberta contra a ameaça de despejo de mais de 6.000 famílias promovida pela PPP na Cachoeirinha** nas páginas da campanha **#despejzero** no Facebook e Instagram.

Receba áudios informativos e denuncie ameaças de remoção para o Observatório de Remoções no 11 99565 0939.

